



Mais árvores caíram... mas a floresta não pára de crescer : Tendências recentes na política Africana

(baseado nas *Perspectivas Económicas em África 2008**)

por Federica Marzo

- ◆ As dificuldades políticas e sociais agravaram-se em 2007, mas a tendência de longo-prazo é positiva.
- ◆ Mesmo com alguns retrocessos graves, mantém-se o progresso democrático
- ◆ As instituições democráticas necessitam de promover o diálogo e a coesão social.

A estabilidade e a democracia em África estão a progredir, mas a paisagem de 2007 mostra a existência de frágeis instituições democráticas, frequentemente pouco representativas, mesmo após actos eleitorais. A liberdade de imprensa, o Estado de Direito e a transparência governamental continuam fracas e a corrupção está presente a todos os níveis da política e da economia. A instabilidade política e social também cresceu, mesmo em países tradicionalmente considerados estáveis.

Esta imagem geral, porém, é enganadora. Se as tensões cresceram novamente em 2007, de acordo com os índices políticos das *Perspectivas Económicas em África 2008* (PEA), a tendência de longo-prazo ainda é promissora, mostrando que os progressos dos últimos 10 anos foram importantes.

A grande maioria dos países africanos conhece uma estabilidade crescente, e diversos Estados frágeis atravessam um lento processo de normalização. Mais e mais países legitimam os seus governos através de eleições universais. Em 2007, mais de 54 milhões de africanos participaram nas 19 eleições presidenciais e legislativas que decorreram em 18 países. A participação eleitoral, no entanto, foi muito baixa – 32.9% – em parte porque nos dois maiores países que foram às urnas no ano passado, a Nigéria e o Egipto, somente 13.4 e 31.2% dos eleitores recenseados, respectivamente, depositaram o seu voto. Outro país com uma abstenção maciça foi a Argélia.

A maioria dos actos eleitorais decorreu de forma pacífica. Na costa ocidental, dois Chefes de Estado foram reeleitos

para o cargo com grande vantagem – Amadou Toumani Touré, no Mali (71.2%) e Abdoulaye Wade, no Senegal (55.9%). Novos Presidentes foram eleitos à segunda volta na Mauritânia (Sidi Ould Cheikh Abdallahi, com 52.9%) e na Serra Leoa (Ernest Bai Koroma, com 54.6%). Mas, também ocorreram problemas graves. As eleições na Nigéria, em Abril, foram consideradas «não credíveis» pelos observadores da União Europeia, dado o grau de fraude e violência, e no Quénia, após as muito contestadas eleições presidenciais, marcadas pela fraude e por um elevado grau de violência política, rebentaram os tumultos.

Esta instabilidade fica, em grande medida, a dever-se à persistência de conflitos e tensões de longo prazo. No Tchade, desde 2006 que a situação se foi tornando mais tensa e os confrontos entre diversos grupos rebeldes e o exército aumentaram, tanto em frequência como em intensidade. O oeste do Sudão continua assolado pela Guerra no Darfur, e o Acordo de Paz (CPA) de 2005 está à beira do colapso. No norte do Uganda e nas fronteiras norte e leste da República Democrática do Congo persistem actos de guerra. Os confrontos étnicos ainda são uma das principais preocupações, especialmente com a grande presença de armas provenientes de zonas de guerra ou antigas áreas de conflito, como acontece na África Oriental e na região dos Grandes Lagos, onde as armas provenientes da vizinha Somália são um problema. No Quénia, o nível de violência política e de crime subiu consideravelmente desde 2005 e explodiu mesmo em 2007, sendo a origem atribuída sobretudo a confrontos étnicos, num ambiente exacerbado por condições

climáticas adversas. No Zimbabué, cuja economia entrou em colapso em 2007, os sérios problemas enfrentados pelo país e o endurecimento do regime originaram uma dura repressão. Os problemas aumentaram em países que até recentemente desfrutavam de uma estabilidade notável. No Mali e no Níger, a rebelião Tuaregue intensificou-se, enquanto a Argélia e Marrocos voltaram a ser atingidos por atentados terroristas.

A maior alteração, por comparação com 2006, foi a ligeira subida da instabilidade mesmo em países tradicionalmente estáveis. A crescente insatisfação da população com a subida do custo de vida, especialmente dos preços de produtos alimentares e de energia, despoletou diversas manifestações no Senegal, na Zâmbia e, mais recentemente, no Burkina Faso e nos Camarões. Piores condições de vida e insuficientes serviços básicos também geraram o descontentamento na África do Sul, onde os índices políticos das PEA se deterioraram acentuadamente, devido às manifestações e greves causadas pela percepção generalizada de que o governo post-apartheid não está a fazer o suficiente em termos de redução da pobreza, e de melhorias de redistribuição e de prestação de serviços. Neste contexto, o ano de 2007 mostra que o crescimento das tensões pode ser provocado pelo próprio processo de democratização, quando o debate político entre o governo e a oposição se torna tenso, e quando as pessoas usam os seus direitos políticos para ecoarem o seu descontentamento, através de manifestações, greves e de abstenção em actos eleitorais. Mas o que continua a distinguir o continente, no entanto, é o elevado grau de

violência frequentemente associado a demonstrações de descontentamento social. Espera-se que estes problemas, no entanto, continuem a ser episódios isolados, desde que as estratégias governamentais de absorção de choques de preços, no futuro imediato, sejam bem sucedidas e respondam às necessidades das pessoas e consigam desenvolver um diálogo construtivo com os diferentes sectores da sociedade.

No lado positivo, o índice de percepção da corrupção da Transparency International de 2007, incluído nas PEA, mostra que África está a produzir resultados encorajadores na luta contra a corrupção. Por todo o continente, diversos países registaram avanços significativos, incluindo a Namíbia, as Seychelles, a África do Sul e a Suazilândia. Três destes quatro países ratificaram a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Mas, por outro lado, as condições deterioraram-se em alguns países (Burkina Faso, Egipto, Maurícias e Mauritânia). Não se registaram alterações significativas nos países que ocupam as piores posições na lista. Em 2007, Angola assinou a Convenção da União Africana de Prevenção e Combate à Corrupção, elevando para 41 o número de países africanos (de um total de 53) signatários, desde 2003. Para além disso, graças às seis novas ratificações – Etiópia, Ghana, Quênia, Libéria, Senegal e Zâmbia – a Convenção pode agora entrar em vigor. Como altos níveis de corrupção estão frequentemente associados a elevada instabilidade política, a luta contra a corrupção continua a ser um marco de referência para a estabilização do continente.

* O relatório Perspectivas Económicas da África é publicado pelo Banco Africano de Desenvolvimento e o Centro de Desenvolvimento da OCDE com a UNECA, com a ajuda financeira da Comissão Europeia. A edição Portuguesa deste relatório e as publicações anexas em língua Portuguesa são apoiadas pela Delegação Portuguesa na OCDE.

Os leitores estão convidados a reproduzir nos seus próprios meios de comunicação e as ideias contidas nas Percepções do Centro de Desenvolvimento. Em contrapartida, o Centro requer um exemplar de cada republicação e que seja feita uma citação da fonte original nesta republicação. A coleção Percepções ("Policy Insights" em Inglês e Repères" em Francês, as duas línguas oficiais da OCDE) está disponível em sua integralidade no site do Centro de Desenvolvimento onde o leitor pode encontrar também informação mais completa das suas actividades: www.oecd.org/dev.



Centre de développement de l'OCDE
2, rue André-Pascal,
75775 Paris Cedex 16, France
Tél : 33 (0)1 45.24.82.00
Fax : 33 (0)1 44.30.61.49
email : cendev.contact@oecd.org